

MESTRADO

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO DISSERTAÇÃO

**A especialização primária do continente africano: uma análise na
longa-duração. O caso moçambicano.**

RITA ALVES PIRES DE ALMEIDA CAVACO

MESTRADO

**MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

TRABALHO FINAL DE MESTRADO DISSERTAÇÃO

**A especialização primária do continente africano: uma análise na
longa-duração. O caso moçambicano.**

RITA ALVES PIRES DE ALMEIDA CAVACO

**ORIENTAÇÃO: PROFESSORA DOUTORA JOANA PEREIRA
LEITE**

SETEMBRO, 2017

Resumo

O presente trabalho analisa a integração de Moçambique na economia mundo, descrevendo as diversas fases dessa integração. A análise na longa-duração que pretendemos fazer relaciona-se com a pertinência de perceber o impacto dos legados históricos nas opções disponíveis e constrangimentos existentes, para os países que se tornaram independentes, durante o decorrer do século XX. Procurámos perceber as continuidades nas dinâmicas de especialização primária em Moçambique, começadas no século XIX, com passagem do tráfico negreiro ao comércio lícito, continuadas no século XX, com a ocupação colonial e perpetuadas até aos dias de hoje, sob a égide dos mercados, da liberalização económica e do investimento direto estrangeiro, no sector mineral, energético e das «commodities agrícolas». Concluimos que, apesar das ruturas vividas em Moçambique a nível político, social e económico ao longo dos vários períodos analisados, a estrutura produtiva herdada se manteve.

Palavras-chave: especialização primária, «*path dependence*», Moçambique, transformação estrutural, padrões de produção e comércio mundial.

Abstract

This dissertation studies the integration of Mozambique into the global economy by analysing its multiple stages. Addressing this issue through an historical perspective enables a better understanding in that it acknowledges the impact of historical legacies on the possibilities and constraints faced by newly independent African states in the 20th century. The study attempts to understand Mozambique's specialization in the production of primary products. This began in the 19th century with the transition from slave trade towards licit trade, continued during the 20th century under the colonial occupation and carries on today through the markets, economic liberalization and foreign direct investments in the mining, energy and agricultural sector. The dissertation argues that despite the political, social and economical ruptures that have taken place in Mozambique during these years, the productive structure inherited from the past remains unaltered.

Key-words: primary production specialization, «pah dependence», Mozambique, structural transformation, global patterns of production and trade.

Agradecimentos

Queria, em primeiro lugar, agradecer aos colegas que me acompanharam ao longo dos dois anos de mestrado por todas as discussões, conversas e partilhas.

Em segundo lugar, gostava de agradecer aos meus pais e irmã, que me têm acompanhado e apoiado incondicionalmente.

Por fim, à minha orientadora, a professora Joana, cuja forma apaixonada, dedicada e generosa com que partilha as suas ideias e o seu imenso conhecimento, contribuiu imensuravelmente para enriquecer este meu percurso.

Índice

Introdução.....	1
1. A passagem do tráfico negreiro ao comércio lícito: começo da especialização primária do continente africano.....	3
1.1. Da troca de homens à troca de produtos provenientes do solo e mão-de-obra africana.....	3
1.2 Os riscos associados a economias dependentes da exportação de matérias-primas.....	7
2. A especialização primária em Moçambique: do período colonial à atualidade.....	10
2.1 O período colonial: a economia de exportação e de trânsito.....	10
2.2 Período socialista: a desestruturação da economia moçambicana.....	16
2.3 Os programas de ajustamento estrutural: a privatização e liberalização da economia	19
2.4 O aumento do investimento direto estrangeiro.....	23
2.5 A penetração do capital agrário e mineiro no meio rural.....	24
2.5.1. Os investimentos de larga-escala no setor agrícola.....	24
2.5.2. O complexo mineral e energético.....	29
Conclusão.....	34
Bibliografia.....	38
Anexos.....	42

Introdução

O presente trabalho analisa a integração do continente africano em geral, e de Moçambique em específico, na economia mundo, descrevendo as diversas fases dessa integração. A análise histórica que pretendemos fazer relaciona-se com a pertinência de perceber o impacto do legado colonial nas opções disponíveis e constrangimentos existentes para os países que se tornaram independentes durante o decorrer do século XX.

Procurámos perceber as continuidades nas dinâmicas de especialização primária criadas no século XIX, com passagem do tráfico negreiro ao comércio lícito, acentuadas no século XX com a ocupação colonial e perpetuadas até aos dias de hoje. Moçambique constitui, atualmente, um dos maiores recetores de investimento direto estrangeiro da África Subsariana, direcionados em grande medida para o sector da energia, minerais e «*commodities*» agrícolas. O caso moçambicano é elucidativo do papel que o continente africano tem ocupado durante esta nova fase do capitalismo global, caracterizada pela necessidade de reconversão energética através do biodiesel e na qual novos atores procuram assegurar as matérias-primas e recursos naturais necessários para manter os seus elevados níveis de crescimento económico.

O trabalho encontra-se estruturado em dois capítulos. No primeiro, procurámos descrever em traços gerais a génese da especialização primária bem como os riscos a ela inerentes. Procurámos, utilizando várias teorias desenvolvidas por economistas e historiadores, perceber qual a origem do atraso económico do continente. No segundo capítulo centramos a nossa análise no caso moçambicano, tentando perceber as dimensões da especialização primária nos períodos colonial, socialista e contemporâneo.

Quanto à metodologia utilizada o nosso trabalho baseia-se na leitura e análise crítica da bibliografia disponível, salientando, no entanto, a falta de elementos estatísticos e dados precisos sobre os vários elementos estudados.

As perguntas de partida que orientaram o processo de pesquisa e a redação deste trabalho foram as seguintes:

(I) Qual o impacto do legado colonial nos países em desenvolvimento?

(II) De que forma a trajetória moçambicana foi influenciada pelo seu legado histórico?

(III) Quais as continuidades e rupturas da dinâmica de especialização primária existente nos séculos XIX e XX relativamente às verificadas atualmente na economia moçambicana?

Capítulo um- A passagem do tráfico negreiro ao comércio lícito: começo da especialização primária do continente africano

1.1 Da troca de homens à troca de produtos provenientes do solo e mão-de-obra africana

Várias foram as causas que levaram ao surgimento do movimento abolicionista dos séculos XVIII e XIX, desde motivações humanitárias e filosóficas a interesses económicos. Em 1771 Pierre-Samuel Dupont descreve como a supressão do tráfico negreiro não deprimiria a economia internacional. O francês propõe uma nova divisão do trabalho, mais eficaz, em que África surge como produtora de matérias-primas, essenciais ao funcionamento da emergente indústria europeia. Dupont afirma como a secessão do tráfico negreiro permitiria aos africanos produzir, no seu próprio solo, a menor custo e sem riscos de explosão social, o açúcar e os produtos tropicais consumidos pelos europeus, bem como as matérias primas necessárias à indústria, fazendo do continente africano um parceiro económico da Europa.

Com a ascensão do comércio lícito, o número de participantes nas trocas com os europeus aumentou significativamente. A revolução industrial na Europa e o consequente aumento da produção e redução do preço dos produtos transacionados pelos europeus permitiu um aumento ainda mais significativo do volume de trocas. É com a passagem do capitalismo mercantil ao capitalismo industrial que alguns autores falam do começo da dependência do continente africano. Para Jonh E.Flint, até ao século XIX, os laços económicos entre os europeus e as sociedades africanas eram muito superficiais. Os excedentes necessários à manutenção das elites eram garantidos pelas populações locais. Para o autor, o começo da dependência do continente africano iria ocorrer com a penetração colonial europeia.

Os poderes coloniais, ao fomentarem a produção de matérias-primas, estimulando a sua produtividade nas colónias, ao mesmo tempo que desencorajavam a produção de bens que pudessem de alguma forma competir com as exportações europeias, causaram o surgimento de padrões distorcidos de desenvolvimento. Regiões vizinhas eram impedidas de manter articulações e complementaridades, na ausência da possibilidade de trocas regionais. A partir de finais do século XIX, e na sequência da partilha e ocupação europeia de África, que a Conferência de Berlim (1885) consagra, a maioria das colónias tornaram-se mono-exportadoras ou exportadoras de um leque muito limitado de produtos agrícolas e minerais, destinados a alimentar a nascente indústria europeia . A marginalização dos interesses locais face aos interesses da metrópole eram evidentes, desde logo, pela canalização de infraestruturas, recursos e capital para a agricultura de exportação, com grande prejuízo para a agricultura tradicional. Os camponeses, muitas vezes expropriados da sua terra, eram realocizados em terras menos férteis, onde os métodos de mão-de-obra intensiva não conseguiam compensar a pior qualidade das terras bem como a falta de investimentos e de inovação (Cypher & Dietz, 2004).

Para W. Rodney (1975), no entanto, o subdesenvolvimento africano deu-se antes do período colonial. Segundo o autor, as sociedades e economias africanas, já durante o período pré-colonial, constrangidas pelo tráfico negreiro para o novo mundo, tinham assistido à submissão da sua atividade produtiva às necessidades dos europeus, marginalizando as necessidades locais. Com efeito, a historiografia africana é hoje unânime quanto ao facto de que as trocas com os europeus, primeiro de homens e, a partir do século XIX, também de matérias-primas necessárias a alimentar o capitalismo industrial na Europa, conduziram, em África, à desintegração a nível local e à criação de uma economia extrovertida (Austen, 1987; M'Bokolo, 2007). Como bem sublinha Rodney, o comércio internacional representava a projeção internacional dos interesses

européus. Os africanos encontravam-se nesta relação assimétrica completamente dependentes do que os europeus se dispunham a vender e a comprar. O autor fala do abandono das técnicas tradicionais de tratamento do ferro como um dos fatores que mais contribuiu para a regressão tecnológica do continente. Este descreve na sua obra como o tráfico negreiro em África contribuiu para a regressão ou estagnação demográfica e, consequentemente tecnológica das economias africanas (Rodney, 1975).

Na África Ocidental foram as plantas oleaginosas que possibilitaram uma alternativa duradoura de conversão do comércio negreiro para o lícito. Para M'Bokolo (2007) estas contribuíram, indubitavelmente, para acelerar a integração das sociedades africanas no comércio internacional. Enquanto o tráfico negreiro dominou o comércio do continente africano, os consumidores africanos de produtos europeus eram em número reduzido. Os principais ou únicos consumidores consistiam nos chefes de estado, senhores da guerra e intermediários com os europeus: a oligarquia, segundo o autor, diretamente envolvida no tráfico de escravos.

A integração da África Oriental no comércio internacional, bem como as transformações sócio-económicas daí adjacentes, vão ocorrer numa fase mais tardia e durante um período mais curto. Na costa ocidental africana, o tráfico negreiro vai aumentando desde o século XV até atingir o seu pico no século XVIII e depois na região de Angola no século XIX, dando lugar, progressivamente, ao comércio lícito (de produtos primários), que contudo se justapõe ao comércio negreiro tornado ilícito (devido ao acordo entre portugueses e britânicos que vai proibir o tráfico negreiro, primeiro a norte do equador e depois a sul, a partir dos anos 30 de oitocentos). Na África Oriental a realidade é diferente. Ali, o crescimento do tráfico negreiro dá-se, no contexto do abolicionismo, em simultâneo com o aumento das trocas de produtos primários (Curtin, 1992). De facto Curtin refere-se ao século XIX como «*um século de ironias na África*

Oriental». O aumento do tráfico negreiro, insignificante até 1780, deve-se a partir de então a duas causas distintas, de acordo com o autor. Por um lado, as plantações agrícolas vão expandir-se para o Oceano Índico durante este período. No final do século XVIII, a procura de escravos pelos franceses, resultante da necessidade de mão-de-obra para as plantações de açúcar nas Ilhas Maurícias e Reunião, aumentou significativamente. Por outro lado, e ironicamente, a segunda causa apontada pelo autor prende-se com as campanhas abolicionistas britânicas. Os acordos negociados no período de 1815 a 1831 entre Portugal e Inglaterra, proibiam, como acima referimos, o tráfico negreiro a norte da linha do equador, fator que leva a um aumento do tráfico a sul do Equador, nomeadamente em Angola, bem como na costa oriental, em Moçambique. A proibição do comércio negreiro em Zanzibar vai levar a uma baixa do preço de venda dos escravos, tornando mais atrativo, no contexto do proto-colonialismo omanita, a utilização da mão-de-obra escrava a nível local, nas plantações de cravo-da-índia (Carvalho, 1995).

No começo do século XIX a procura de escravos em Moçambique aumenta e a costa setentrional do território torna-se a principal fonte de escravos para o Brasil e não só (Rocha, 1989). Entre 1820s e 1830s mais de 15.000 escravos seriam exportados todos os anos do porto da Ilha de Moçambique (Curtin, 1992).

De facto, a transição do comércio de escravos para o comércio lícito foi lenta, tendo os dois, o legal e o ilícito, então também considerado de «vergonhoso», coexistido em alguns locais, durante os dois primeiros terços do século XIX. Uma situação que se manteve enquanto perdurou o sistema de produção esclavagista nas plantações do novo mundo (no Brasil, nas ilhas açucareiras do mar das Antilhas e nas plantações de algodão americanas). Por isso, o intervalo de tempo entre a proibição do tráfico negreiro pela Dinamarca, em 1803, e a proibição da escravatura pelo Brasil, em 1888, foi de quase um século.

1.2 Os riscos associados a economias dependentes da exportação de matérias-primas

Durante o período de finais do século XVIII a finais do século XIX, os termos de troca evoluíram de forma favorável para os exportadores de matérias-primas. A competição entre países industrializados, bem como os progressos tecnológicos da época, levaram a um aumento do preço das matérias-primas. De 1801 a 1881, o poder de compra médio dos produtos primários duplicou no que diz respeito à capacidade de adquirir produtos importados com a mesma quantidade de exportações. O avanço tecnológico, bem como a diversificação produtiva foram subalternizados, como consequência da possibilidade de aumentar a riqueza através da produção extensiva de matérias-primas. Alguns economistas apontam o caso argentino como um exemplo paradigmático do que foi acima descrito.

A partir de 1880, os termos de troca inverteram a sua tendência ascendente. Como os autores afirmam «*The dangers and pitfalls of a global trading system and export production focused on a limited array of primary products became all too apparent, too late, to many in the less-developed nations*» (Cypher & Dietz, 2004, pp. 92). A teoria das vantagens comparativas, enunciada por David Ricardo, não parecia afinal de contas verificar-se. Como Prebisch constata, em 1933, a Argentina teria que vender 73% mais matérias-primas no mercado global para conseguir importar a mesma quantidade de produtos manufaturados que importava nos meados e finais da década de 1920.

Os padrões de troca impostos durante o período colonial, pareciam então refletir as necessidades, desejos e vontades dos colonizadores, e não as vantagens comparativas inatas aos territórios colonizados. Estes padrões, criadores de um «*path dependence*» adverso, seriam difíceis de alterar com o decorrer da história, mesmo depois das

independências. O conceito de «*path dependence*» rejeita a ideia de que as mesmas forças operativas irão gerar resultados idênticos independentemente do contexto histórico e institucional em que operam (Hall & Taylor, 1996).

Prebisch e Singer demonstraram, pela primeira vez, as implicações negativas da dependência relativamente à exportação de matérias-primas para o desenvolvimento dos países. Os economistas chegaram à conclusão de que as matérias-primas sofrem uma deterioração dos termos de troca a longo-prazo, nos mercados internacionais. De acordo com Prebisch e Singer, o processo de evolução tecnológica e a conseqüente diminuição dos custos de produção implicam conseqüências distintas consoante o tipo de bens. No caso dos produtos manufaturados, devido à estrutura oligopolística do mercado, a diminuição dos custos por unidade, não implica uma redução dos preços. Por outro lado, os produtores de matérias-primas, sujeitos a uma intensa competição, sendo «*price-takers*» e não «*price-makers*», veem o preço dos produtos por si produzidos reduzido.

O declínio a longo-prazo dos termos de troca das matérias-primas tem sido, no entanto, um assunto controverso entre teóricos (Sindzingre, 2013). O aumento da procura por parte dos países emergentes levou, a partir da primeira década do século XXI, a um aumento dos preços de várias matérias-primas, como o petróleo, metais e determinados produtos agrícolas. A rápida recuperação que se seguiu à crise financeira de 2008-2010, parecia sugerir a existência de um «super-ciclo», um ciclo económico mais duradouro que o habitual, iniciado na primeira década do século XXI, bem como um interregno no declínio do preço das matérias-primas. Apesar deste fenómeno, a verdade é que a tendência de declínio a longo-prazo verificou-se durante grande parte do século XX (Farfan, 2005; Sindzingre, 2013). A partir de 2013, o «super-ciclo» registado na economia internacional parece ter chegado ao fim como conseqüência do abrandamento da procura por parte dos países emergentes.

De facto, a volatilidade dos preços associada aos mercados de matérias-primas torna os países dependentes da sua exportação extremamente vulneráveis a choques externos. Períodos de baixa de preços levam a uma diminuição da base fiscal dos governos e ao abrandamento do investimento. Esta volatilidade faz do crescimento económico experienciado pela maioria dos países em vias de desenvolvimento um crescimento frágil e incerto.

Para além da volatilidade associada aos preços, Sindzingre (2013) refere como a extração, produção e exportação de matérias-primas, desincentiva a criação de políticas industriais e inibe o investimento noutros setores, especialmente nos períodos de alta dos preços. Farfan (2004) explica como a dependência em matérias-primas condiciona o surgimento de setores mais dinâmicos e mais capazes de estimular a formação de capital humano, tecnologia, capacidades organizacionais e inovação.

A estrutura das exportações da maioria dos países em vias de desenvolvimento, caracteriza-se pela forte concentração de produtos primários, relativamente ao total de mercadorias exportadas. Morris e Fessaheia (2014) referem que, apesar do elevado grau de orientação para as exportações e da penetração das importações nas economias africanas, as importações consistem na sua grande maioria em bens de consumo final, enquanto as exportações se baseiam predominantemente em produtos primários. Como produtos primários entende-se produtos agrícolas não transformados, alimentos, minérios e combustíveis (Cypher & Dietz, 2004).

Mesmo nos mercados internos, onde as manufaturas africanas se concentram no setor de produtos de consumo não duráveis e atividades de agro-processamento, estas estão submetidas a uma pressão cada vez maior da China. O processo de industrialização africano tem sido, na grande maioria dos casos, fraco e inconsistente. A reintegração do

continente africano no comércio mundial não tem promovido a transformação estrutural das economias no sentido da industrialização (Morris e Fessaheia, 2014).

Capítulo dois - A especialização primária em Moçambique: do período colonial à atualidade

2.1 O período colonial: a economia de exportação e de trânsito

O desenvolvimento do colonialismo em Moçambique foi um processo complexo. A fragilidade da burguesia portuguesa fez com que o capital estrangeiro tivesse um papel significativo nos processos de acumulação na colónia este-africana. A economia moçambicana caracterizou-se, ao longo do período colonial, por uma série de elementos distintos. À economia de exportação juntava-se a economia de serviços e de emigração para a África do Sul. O peso, na economia moçambicana dos serviços prestados à economia sul-africana e, em menor grau, à então economia rodesiana, foi de facto considerável. Durante o período colonial, 25% do trabalho assalariado consistia em trabalho migrante para a região Sul africana, enquanto o número de trabalhadores dos portos e ferrovias representava 10% do trabalho assalariado (que constituía no total 30% da população ativa) (Wuyts, 1985). Tanto os impostos originados do setor dos transportes e das ferrovias como os pagamentos diferidos dos salários dos trabalhadores mineiros vão exercer um papel crucial para o equilíbrio da balança de pagamentos da colónia este-africana e do regime salazarista, durante o período colonial (Katzenellenbogen, 1982; Mosca, 2005).

A falta de recursos financeiros e administrativos forçou os portugueses, no rescaldo da conferência de Berlim, a garantir direitos económicos e administrativos a várias companhias à carta. No final do século XIX, uma percentagem significativa do território encontrava-se sob a administração de interesses privados, como é o caso da

Companhia de Moçambique e do Niassa, de natureza majestática e outras sociedades na região da Zambézia (Luckbmann, 2013). Ingleses, franceses, belgas e alemães eram detentores da maioria do capital.

De facto, entre 1885 a 1926, verifica-se na colónia este-africana uma dominação do capital estrangeiro não-português. Segundo Wuyts (1980), desenvolveu-se, durante este período, a economia de plantações no centro e a reserva de mão-de-obra para as minas sul-africanas no sul. No entanto, se a intenção de utilizar a colónia este-africana como fornecedora de matérias-primas, através do sistema de plantações, remonta ao século XIX, a sua materialização em proveito da economia metropolitana só iria acontecer com a política colonial do Estado Novo que, com a subida ao poder de Salazar (1926) se institucionaliza nos anos 20 (Leite, 1993).

Com efeito, a partir de 1926, o estado português propõe-se desenvolver as complementaridades entre as exportações da colónia e a base produtiva da metrópole (Leite, 1993). O pacto colonial de 1930 vai impor a produção e exportação de algodão e açúcar por parte da colónia e a importação dos têxteis e vinhos produzidos pela metrópole. A colónia teria como função produzir as matérias-primas que iriam alimentar a indústria portuguesa, bem como servir de mercado escoador dos produtos portugueses. Como Wuyts (1980, pp.10) afirma «*Com o governo fascista a burguesia portuguesa consolidou as suas posições e tentou colocar as colónias ao serviço das suas próprias necessidades de acumulação. Esta foi a fase do nacionalismo económico*».

Nos anos 30, o então Ministro das Colónias vai argumentar no sentido da fixação de indústrias nas colónias. Segundo Armindo Monteiro, estas permitiriam a captação de capitais metropolitanos e colonos, e reduziriam a dependência face ao estrangeiro, aumentando a riqueza das colónias. A lei do condicionamento industrial vai, no entanto, no sentido contrário à sugestão do ministro. Nela encontrava-se expresso o princípio de

que «*caberia (...) às colónias o dever de fornecer em matérias-primas a indústria metropolitana ao mesmo tempo que funcionariam como mercados preferenciais para os seus produtos manufacturados*» (Leite, 1993, pp.59)

Apesar da clara intenção de fazer da colónia o principal fornecedor de algodão da metrópole, vários fatores, como a oposição dos camponeses, a escassez de capital, as flutuações de preços no mercado mundial, a pluviosidade incerta e o aparecimento de doenças dizimadoras das plantas, vão levar a que, em 1931, a indústria portuguesa comprasse 99% do algodão descaroçado usado nos mercados internacionais. A produção, no ano de 1931, era metade dos níveis de 1926. Para incentivar a sua produção, o governo aumenta o número de camponeses forçados ao seu cultivo, o controlo sobre os camponeses, bem como o número de horas diárias que estes deveriam dedicar à cultura (Mosca, 2005). A Junta de Exportação de Algodão Colonial, criada pela governação de Salazar, concentrava em si o poder de definir o calendário da produção obrigatória, fixar os preços e proibir a exportação de algodão para outros países. A produção alimentar e a agricultura de subsistência foram altamente prejudicadas pela institucionalização da cultura obrigatória do algodão. A partir dos anos 40, a produção alimentar começou a ser insuficiente. O número de camponeses do norte da colónia, incorporados no sistema de produção de algodão aumentou de 80.000 para 345.000 em 1940 e 645.000 em 1941, representando em 1941 um terço da população adulta. O algodão introduziu alterações importantes no seio das comunidades locais, tornando-as dependentes de novos bens de consumo importados, alterando os seus hábitos alimentares e estimulando a diferenciação social entre camponeses. A institucionalização da cultura obrigatória do algodão constituía o elemento central da relação económica entre a metrópole e as colónias, justificando a existência do Império, enquanto espaço privilegiado para o fornecimento de matérias-primas (Leite, 1993).

O pacto colonial entre Portugal e Moçambique era, no entanto, um pacto frágil. A estrutura mercantil da economia moçambicana encontrava-se consideravelmente mais dependente do mercado internacional que da metrópole. Do seu deficit comercial de 67 milhões de escudos, em 1937, só 28.4% diziam respeito a Portugal. A importação de máquinas agrícolas e industriais ou de materiais usados na construção da linha ferroviária eram comprados nos mercados internacionais. Fora do pacto colonial, o território este-africano exportava principalmente açúcar, sisal, chá e oleaginosas. As exportações fora da zona metropolitana constituíam, em 1937, mais de 70% do total de exportações do território este-africano. Mais de 70% era também a percentagem das importações moçambicanas fora da zona metropolitana, em 1937. A maioria dos produtos manufaturados, à exceção do vinho e tecidos, provinham do estrangeiro.

No norte do país o campesinato foi organizado para produzir maioritariamente as culturas do algodão e caju (54% do algodão comercializado a nível nacional e 78% do caju eram, em 1973, produzidos nesta região (Castel-Branco, 1994). No centro, a força de trabalho do campesinato era principalmente organizada para as plantações agro-industriais de monoculturas de exportação, como o açúcar, o chá e o sisal (Castel-Branco, 1994).

No sul como já referimos anteriormente, a maior parte da força de trabalho era canalizada para as minas e plantações sul-africanas. Vários acordos foram estabelecidos entre Lisboa e Pretória. A manutenção do elo com a África Austral, apesar de contrariar a nova função da colónia estabelecida pelo estado português, revela-se como essencial à manutenção da autossuficiência em termos financeiros da colónia face à metrópole, condição essencial para Salazar (Wuyts, 1980). Também no sul a produção era orientada para pequenas e médias empresas agrícolas dos colonos, que tinham como função abastecer as zonas urbanas (Castel-Branco, 1994).

Até meados do século XX, o principal objetivo da indústria consistiu na transformação de matérias-primas destinadas para exportação, nomeadamente o descaroçamento do algodão, o desfibramento do sisal, o tratamento da cana-de-açúcar, a preparação da copra e folha do chá (Leite, 1993; Mosca, 2005; Wuyts, 1980). As fábricas de tijolo, álcool, açúcar e extração de sal, existentes no final do século XIX, perderam progressivamente a sua importância durante o século XX, como consequência da estratégia de promoção de exportações levada a cabo pelo governo português.

O começo da guerra mundial, para além de reforçar a unidade imperial, iria estimular a industrialização da colónia, que começa a produzir cerveja com tecnologia inglesa, cimento, bem como óleos vegetais e sabões (Leite, 1993).

A colónia este-africana, reserva de matérias-primas para a metrópole e mercado escoador de produtos manufaturados desde os anos 30, vai, a partir dos anos 60, passar por consideráveis transformações económicas. « (...) à estratégia dominante de maximizar as exportações e a extração de recursos foram acrescentados elementos da estratégia de substituição de importações(...)» Mosca (2005, pp. 67)

A formulação da Política de Integração do Espaço Económico Português, em 1961, vai materializar a alteração da estratégia do regime. Wuyts (1985) define este último período como o período de «*crise e reestruturação da economia colonial*».

A recente vaga de movimentos independentistas nas colónias, o começo da luta armada em Angola em 1961, a crescente pressão internacional sobre Portugal no sentido da descolonização, bem como a entrada do país na Organização Internacional do Trabalho obrigou a uma transformação das políticas do regime. Por outro lado, a internacionalização da economia portuguesa assim como a preparação para a adesão à

CEE, vão levar à reconversão da economia portuguesa, que deslocaliza parte das suas indústrias dentro do «Espaço Económico Português» (Torres, 1983).

O trabalho forçado é abolido, aumentando o custo da mão-de-obra e obrigando o capital a modernizar-se. A produção de algodão, realizada pelos camponeses, no quadro da «*cultura obrigatória*» é transferida para os colonos, numa altura em que este setor económico já não se insere mais no pacto colonial dos anos 30. No início da década de 70 mais de metade da produção provinha das quintas dos colonos (Wuyts, 1985).

O investimento público aumenta, adota-se uma política monetária expansiva, a indústria de substituição de importações desenvolve-se consideravelmente, como consequência do aumento do número de colonos. Portugal abandona progressivamente a estratégia de nacionalismo económico, liberalizando a economia e permitindo um aumento da participação de capital estrangeiro.

A economia do caju sofre uma enorme transformação neste período. O pacto informal existente, desde os anos vinte, entre a indústria de descasque indiana e Moçambique, vai progressivamente dar lugar a um processo de industrialização do caju nos anos 60, que, no contexto das indústrias orientadas para o mercado externo (INDME), se torna no setor mais dinâmico até ao final do período colonial.

As indústrias orientadas para o mercado interno (INDMI) vão ser aquelas que registam um maior crescimento durante os anos 60 (Leite, 1993). Esta evolução vai levar a um aumento do endividamento face ao exterior, explicado pela necessidade de importar tecnologia para o crescimento do setor. Nos últimos anos do período colonial, o consumo interno constitui o principal estímulo à expansão da indústria de bens não duradouros. Tal impacto deve-se sobretudo à crescente presença, a partir de meados da década, de novas vagas de colonos e das mudanças operadas na política colonial (Política de integração do

Espaço Económico português, a partir de 1960). A política de substituição de importações desenvolvida no início dos anos 70, iria reforçar esta tendência.

Apesar das transformações anteriormente enunciadas, a estrutura económica moçambicana da década de 70 continuava fortemente orientada para o exterior, exportadora de um leque limitado de matérias-primas pouco transformadas¹, importadora de alimentos e equipamentos e sujeita à evolução desfavorável dos termos de troca a longo-prazo. Os sectores exportadores, caracterizados pela predominância de um número limitado de matérias-primas, ditavam, tendo em conta a forte dependência face às importações, a intensidade e sustentabilidade da expansão da economia.

2.2 Período socialista: a desestruturação da economia moçambicana

A revolução de Abril de 1974 marcou o fim do período colonial em Moçambique. Os Acordos de Lusaka, assinados em Setembro de 1974, contemplavam a transferência total do poder político para a FRELIMO. O período do governo transitório foi marcado pela saída em massa dos colonos e por uma acentuada fuga de capitais. Dos 200 000 portugueses, 185 000 abandonaram Moçambique no período que se seguiu à revolução (Hofman, 2013). A saída em massa dos colonos implicou a perda da grande maioria da mão-de-obra qualificada. Em 1975, cerca de 95% da população moçambicana era iletrada.

No pós-independência verificou-se um imediato e significativo abrandamento do crescimento económico, particularmente nas áreas onde o capital e a mão-de-obra estrangeira era mais intensiva como a indústria e os serviços, o comércio interno e externo (Serra, 2000). Entre 1973 e 1975 a produção dos principais três produtos de exportação

¹Em 1973, cinco produtos- o caju, o algodão, o açúcar, a copra e o chá, constituíam 62% do total de exportações.

(o algodão-fibra, a amêndoa de caju e o açúcar) caiu 1/3. A diminuição das receitas correspondia ao financiamento de metade do custo das importações de equipamentos efetuadas em 1975. A saída dos colonos e de capital vai provocar falhas no abastecimento de matérias-primas, bem como de material de manutenção dos equipamentos.

As sanções ao governo rodesiano de minoria branca em 1976 e o consequente corte do trânsito ferroviário e utilização dos portos vão levar à perda de uma importante fonte de divisas para Moçambique. Simultaneamente, a queda da procura de trabalhadores para as minas sul-africanas vai implicar o aumento do desemprego no sul de Moçambique e a diminuição das divisas estrangeiras, com pesadas consequências para a estabilidade macroeconómica do recém-formado país. As unidades familiares, fortemente dependentes dos recursos económicos trazidos pelos mineiros, veem-se privadas de uma importante fonte de financiamento da sua produção.

A reestruturação da economia, aplicada depois do III Congresso da FRELIMO em 1977, deu-se de acordo com dois objetivos do governo pós-independentista. O primeiro relacionava-se com a estatização da economia e a socialização dos campos, através dos grandes complexos agro-industriais estatais, das cooperativas e das aldeias comunais; o segundo com a necessidade de manter os níveis de produção das empresas, que decaiu circunstancialmente com a saída massiva de colonos e de capitais estrangeiros.

A agricultura, o comércio interno e a oferta de serviços básicos à população eram vistos como prioritários. As metas traçadas relacionavam-se com os volumes de produção e não com a eficiência económica com que esses volumes eram atingidos. Os bancos eram forçados a financiar os prejuízos das empresas.

A estatização da economia ² levou a uma forte concentração da propriedade, tanto no setor da agricultura como no dos transportes, da banca e da indústria. A produção era, em 1980, dominada pelo setor estatal: 65% da produção industrial era estatal, bem como 85% dos transportes e comunicações, 90% do sector da construção e 40% do comércio. Os investimentos concentravam-se quase na sua totalidade nas empresas estatais (no caso da agricultura o setor estatal absorvia 90% do investimento total). Apesar de um forte investimento na produção para consumo interno, a produção de arroz e milho sofre fortes decréscimos.

Na década de 1980, o conflito armado que se havia manifestado logo em 1976, conduz à generalização da guerra em todo o território. Tal ocorreu a partir do momento em que, no contexto da queda do regime de minoria branca rodesiano, a república sul-africana assume o apoio direto à Renamo. Simultaneamente, a Renamo aproveita o descontentamento das populações rurais relativamente à política das aldeias comunais. A crise económica agudiza-se: a dívida externa aumenta quase 500% entre 1984 e 1992; entre 1985 a 1993, 60% do investimento direto estrangeiro previsto foi cancelado; em 1989 27% das locomotivas dos caminhos-de-ferro encontravam-se destruídas ou danificadas (Oppenheimer, 2006; Mosca 2005). A pesca é o único sector não afetado pela guerra. Por outro lado, a crise dos países socialistas bem como o aumento da dívida externa vão levar à redução dos financiamentos externos. A falta de investimento estrangeiro no setor exportador, a queda da produção agrícola e a deterioração dos termos de troca vão contribuir para a paralisação da economia. De 1983 a 1986 as reservas

² É de realçar que várias empresas coloniais continuaram ativas durante a fase da economia planificada, possuindo atualmente uma posição de grande relevo na economia moçambicana. O grupo Madal ou o grupo Entreposto são disso exemplo. De acordo com Pitcher (2003) estas empresas, iriam, a partir de 1983, e na sequência da perda de legitimidade do estado derivada da severa crise económica e da pesada guerra civil, fazer pressão no sentido de reformas no mercado.

líquidas da economia decrescem de 22 milhões de dólares para -26 milhões (Castel-Branco, 2001). O governo vê-se então obrigado a tomar medidas com o intuito de estancar a severa crise económica, iniciando a aproximação ao Ocidente e um período de reformas económicas que iriam culminar na adesão do país às Instituições de Bretton Woods e ao Programa de Reabilitação Económica em 1987, seguido pelo Programa de Reabilitação Económica e Social aplicado em 1990.

2.3 Os programas de ajustamento estrutural: a privatização e liberalização da economia moçambicana

Em Moçambique, a transição de uma economia planificada, baseada nos princípios do Marxismo-Leninismo, para uma economia de mercado vai iniciar-se durante a guerra civil e acelerar-se em 1992, após a assinatura do acordo de paz entre o governo da FRELIMO, e a Renamo. Tal transformação ocorre num contexto internacional dominado, a partir de finais do anos 80, pelo desmoronamento do projeto socialista na URSS e no leste europeu, momento em que o modelo da democracia liberal se impõe ao devir sócio económico e político de todas as sociedades (Fukoyama, 1992).

Em 1987 Moçambique adere ao *Programa de Reabilitação Económica (PRE)* imposto pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, em contrapartida do acesso aos fundos necessários ao saneamento da sua grave crise financeira. O programa de ajustamento estrutural³, sob a égide das *Instituições de Bretton Woods (IBW)*, preconizava a liberalização dos mercados e a transferência da alocação de recursos do sector estatal para o privado, através das privatizações, bem como um conjunto de

³ Ajustamento estrutural é definido, por Ray Kiely (1998) como um conjunto de políticas destinadas a promover o crescimento económico através da abertura das economias a «forças de mercados competitivas». As políticas de estabilização, associadas ao FMI, têm como objetivo equilibrar os défices da balança de pagamentos a curto-prazo, através da desvalorização monetária e cortes nas despesas públicas.

reformas institucionais, que permitiriam ao Estado ajustar-se ao seu novo papel (Roemer & Radelet, 1991; Wuyts, 1995). A redução do controlo administrativo do Estado, o aumento da participação do setor privado, os cortes nos subsídios estatais às empresas e ao consumo, possibilitando uma alocação de recursos de acordo com os preços determinados pela livre competição no mercado e o controlo dos salários seriam algumas das medidas consideradas fundamentais para despoletar o processo de crescimento económico. O Estado, através de um excessivo dirigismo, inibia, de acordo com os neoliberais, o crescimento económico (Deepak, 1985; Krueger, 1990).

Em 1990, momento em que o «Consenso de Washington» se impõe na agenda do Desenvolvimento como política de vocação universal, é negociado um novo programa, o *Programa de Reabilitação Económica e Social* (PRES), cuja vertente social procurava atenuar as pesadas consequências que o PRE teve na qualidade de vida dos moçambicanos, como o aumento do desemprego, a diminuição do rendimento real ou a degradação dos serviços de saúde e da educação.

As privatizações tinham como principal objetivo, em consonância com o pensamento neoclássico subjacente aos programas de estabilização e ajustamento estrutural, reduzir os subsídios às empresas estatais, consideradas ineficientes bem como obter receitas extraordinárias para o equilíbrio orçamental e aumentar o dinamismo da economia (Cramer, 2001; Pitcher, 2002; Roemer & Radelet, 1991). Para além disto as IBW defendiam que as receitas geradas pelas privatizações poderiam ser aplicadas em setores fortemente debilitados como o setor da saúde, educação e infraestruturas. As privatizações atingiram, em Moçambique, uma escala extraordinariamente elevada, comparando com o resto do continente africano (Cramer, 2001). Na década de 1990 o governo privatizou 1417 empresas. As empresas de pequena e média dimensão foram as primeiras a sofrer o processo de privatização. A venda das empresas de larga-escala

ocorreu a partir de meados da década de 1990 (Pitcher, 2002; Pitcher, 2003; Mosca, 2005).

A teoria económica convencional descreve como a privatização pode reduzir o poder de mercado, aumentando a competição e conduzindo a uma alocação mais eficiente dos recursos. No entanto, no caso moçambicano, a privatização parece ter levado a uma maior concentração do poder económico e não à sua dispersão (Cramer, 2001). Novos centros de poder de mercado têm vindo a afirmar-se. Em 2001, o investimento previsto, dirigido a 5 megaprojetos no sector do alumínio, aço, ferro, titânio, carvão e gás, estimava-se em 5.35 mil milhões de dólares, três vezes o valor do PIB moçambicano. O poder económico e político das corporações responsáveis pelos avultados investimentos poderá traduzir-se em subsídios estatais e isenções fiscais, entre outras facilidades. Por outro lado, a forma como o estado tem controlado o processo de venda de bens públicos e a formação de novas empresas tem-lhe permitido reinventar o seu papel na economia. As elites políticas usaram a sua posição de poder não só de forma a beneficiarem do processo de privatização, mas também para assegurar benefícios a vários indivíduos no sector privado, permitindo a manutenção de uma base de apoio e garantindo a sua sobrevivência política. Anne Pitcher (2003) apelida este fenómeno de «preservação transformativa». Esta aliança entre o capital e o estado pode comprometer a capacidade de agir autónoma e imparcialmente. Vários membros do partido e do governo tornaram-se gerentes ou diretores de empresas privadas. Por outro lado, através da criação de “joint-ventures” com o capital privado nacional e estrangeiro, o estado tem-se continuado a afirmar como um importante agente económico. Tem-se, portanto, verificado uma continuação da participação do estado e das elites políticas na economia e não a retirada total do estado como os neo-liberais anteciparam (Pitcher, 2002).

A liberalização da economia contribuiu, em determinados setores, para acentuar a desindustrialização do país. O caso da indústria do caju é disso exemplificativo. (Leite, 2000). Em 1993 o sector é privatizado, com o objetivo de facilitar a mobilização dos recursos necessários à sua revitalização. Pouco depois, o Banco Mundial pressiona o governo moçambicano no sentido de uma liberalização total do setor do caju, advogando o valor acrescentado negativo relativamente aos mercados internacionais de produção do caju processado. Por outro lado, o Banco Mundial afirmava que a liberalização total do setor, permitiria aumentar o preço pago aos produtores, contribuindo para reduzir a pobreza nos meios rurais. No entanto, a realidade veio mostrar que os mercados fortemente concentrados e monopsonistas enfrentados pelos produtores não permitiram uma melhoria das suas condições de vida.

Como Leite (2000, pp. 316) afirma, referindo-se aos conflitos entre industriais, comerciantes e banco mundial no sector do caju a partir de 1993: *«Na realidade, para o futuro de Moçambique interesses muito mais importantes estavam em jogo. Por um lado, os que resultavam da adopção de um modelo de desenvolvimento assente no investimento produtivo e não apenas nas rendas resultantes do comércio exportador. Por outro, os que dependiam da manutenção do valor acrescentado gerado pelas unidades de processamento de castanha de caju, que a ser posto em causa, não apenas condenava ao fracasso o esforço de privatização recentemente desencadeado, como, a prazo, conduziria ao desemprego mais de 10 000 trabalhadores»*. No final dos anos 90, mais de 10 fábricas de processamento terão sido fechadas (Castel-Branco, 2001).

Os programas preconizados pelas IBW vão fortalecer a integração de Moçambique na economia capitalista globalizada, facilitando a penetração de capital internacional, acentuando a natureza extrovertida da economia e a dependência da economia moçambicana face a recursos externos como a ajuda pública, a cooperação, ou

o investimento direto estrangeiro. De acordo com o FMI, em 2004, a ajuda pública representava 48% do orçamento público. Em 2013, a percentagem de ajuda relativamente ao PIB tinha reduzido para 35% (Hofman, 2013).

2.4 O aumento do investimento direto estrangeiro

O final da guerra bem como o começo das reformas económicas e políticas têm sido acompanhados por níveis muito significativos de crescimento económico (ver anexo 1).

A partir dos anos 1990, com fim do regime de minoria branca, a África do Sul inicia uma política de abertura económica. Moçambique torna-se num dos grandes recetores de investimento direto estrangeiro sul-africano, principalmente no setor mineral e energético. O sucesso do IDE sul-africano incentivou o aumento do investimento por parte de outros países, interessados nos abundantes recursos naturais disponíveis em Moçambique: terra e água para a produção de açúcar e biocombustíveis e, numa fase posterior, minerais e energia (gás natural, carvão, areias pesadas e fosfatos) (Castel-Branco, 2016).

Na verdade, tem-se verificado nas últimas décadas um aumento do IDE na generalidade dos países da África Subsariana. Em 2012, o IDE recebido pelo conjunto da região foi de 160 mil milhões de dólares, valor oito vezes superior ao de 2002 (Di Matteo et al., 2016). A crescente participação dos países emergentes no comércio internacional e na cooperação para o desenvolvimento tem sido acompanhado por um aumento do investimento no setor das «*commodities*» agrícolas, minerais e energéticas no continente africano. Os países recetores de IDE veem neste uma possibilidade de reduzir a sua dependência face à ajuda externa, para além de um potenciador do crescimento económico, criação de emprego e aumento das exportações.

Em Moçambique o setor dos recursos mineiras e energia reteve, entre 2001 e 2010, cerca de 37% do IDE total, seguido pelo setor da agricultura de exportação (florestas, açúcar, algodão, caju e tabaco) que assimilou 22% do investimento. A partir de 2014, verificou-se um abrandamento do IDE (6.2 mil milhões em 2013 para 3.7 mil milhões), fruto de uma diminuição da procura mundial de produtos primários. Os investimentos efetuados têm variado entre setores como a banca, agricultura, imobiliário e recursos naturais, com o gás natural a absorver a maior percentagem dos investimentos, a partir de 2013 (Deloitte, 2016).

Apesar do país continuar extremamente dependente de ajuda externa, possuindo em 2013 um dos rácios ajuda/PIB mais elevados do continente africano (89.2 dólares per capita), o investimento direto estrangeiro constitui atualmente o maior impulsionador de crescimento económico de Moçambique.

2.5 A penetração do capital agrário e mineiro no meio rural

2.5.1 Os investimentos de larga-escala no setor agrícola

Logo após a independência, as elites políticas moçambicanas acreditavam que o desenvolvimento agrícola seria despoletado pelas grandes quintas estatais, que através do uso de tecnologia extensiva e da mecanização da produção, permitiriam um aumento produtivo muito significativo, bem como uma redução da dependência de mão-de-obra sazonal. Os camponeses, fortemente negligenciados neste modelo, deveriam aderir às cooperativas agrícolas, nas quais deveriam organizar e financiar a sua produção de forma coletiva. O papel central conferido ao Estado no período pós-independentista foi, nas últimas décadas, substituído pelo do setor privado. Atualmente, e num contexto de políticas neo-liberais, o investimento privado é visto como o motor do desenvolvimento rural (German et al.,2016; Shankland,2016). De facto, Moçambique possui um dos

mercados agrícolas que mais celeremente tem crescido a nível mundial (Di Matteo et al., 2016).

O aumento do investimento privado em Moçambique no setor da agricultura tem, necessariamente, que ser estudado face ao atual contexto internacional. A partir do final da primeira década do século XXI, a procura de terra, para a produção de bens alimentares, bioenergia, fibras e madeira, tem aumentado. Este aumento da procura, em conjunto com a liberalização das trocas e dos investimentos, tem intensificado as pressões comerciais sobre a terra (Ndi, 2017).

O aumento da população mundial, a mudança dos padrões de consumo, as alterações climáticas, as políticas de facilidade de investimento estrangeiro por parte de vários países, o aumento da procura de terra e matérias-primas necessárias para assegurar o crescimento económico das economias emergentes, a especulação por parte dos mercados financeiros relativamente aos retornos da terra e dos produtos que dela derivam, bem como o compromisso político por parte de vários países relativamente ao setor da bioenergia e outras fontes alternativas de energia, têm, sem dúvida, contribuído para aumentar o interesse no setor agrícola. Como consequência, o setor privado tem-se reposicionado de forma a capturar as oportunidades criadas por este conjunto de fatores.

Tem-se assistido, nas últimas décadas, à penetração do capital agrário, industrial e financeiro internacional no meio rural, que, em vários pontos do globo, tem investido num modelo de produção de monoculturas para exportação, intensivo em capital e que tem como principal objetivo atingir altos níveis de rentabilidade. Confirma-se uma preferência clara relativamente a determinadas culturas de rendimento. Dentro da região da África subsariana, 60.4% dos investimentos têm-se centrado nas plantas oleaginosas, seguido pelas madeiras (15%) e cana-de-açúcar, que tem absorvido 13.2% do investimento (Schoneveld, 2014). A preferência pelas oleaginosas e açúcar, por parte das

multinacionais, explica-se pela antecipação de uma forte procura por parte da China e Índia, prevendo-se que as duas economias se tornem nos maiores importadores líquidos das duas culturas. Por outro lado, o açúcar e óleo de palma são as culturas mais baratas e com maior produtividade usadas na produção de biocombustível. O renovado interesse dos investidores no setor da bioenergia é outro dos fatores explicativos do considerável investimento nestas duas culturas.

Moçambique tem constituído um dos maiores recetores de investimento na produção de açúcar (337.604 hectares foram adquiridos no país para a sua produção- área unicamente suplantada pela Etiópia).

De facto, é visível uma forte tendência no sector da agricultura em Moçambique no sentido da alocação de recursos realizada pelos mercados nas culturas mais lucrativas, entre as quais as culturas alimentares não se incluem. Se o orçamento público poderia ser utilizado para corrigir esta tendência, a verdade é que nas últimas décadas o setor agrícola tem recebido menos de 3% dos fundos disponibilizados pelo orçamento de estado. Por outro lado, o desarmamento alfandegário dentro da região da SADAC tem fragilizado e aumentado a competição sentida pelos produtores agrícolas nacionais. A secessão de serviços aos produtores (como a produção e venda de sementes e insumos, a manutenção do sistema de regadio ou serviços de extensão rurais) tem sido justificada pela possibilidade do mercado corrigir estas falhas (Castel-Branco, 2012).

Entre os benefícios do investimento direto estrangeiro na agricultura, as elites políticas moçambicanas referem a criação de emprego, através do assalariamento, subcontratação ou «*joint ventures*», o aumento das receitas fiscais e das exportações, a melhoria de infraestruturas públicas, a possibilidade de imitação tecnológica (possibilidade dos agricultores locais replicarem o conhecimento adquirido nas culturas alimentares), bem como o aumento da produtividade agrícola, visto como essencial para

garantir a segurança alimentar da população moçambicana e diminuir a dependência de importação de bens alimentares.

No caso dos biocombustíveis (Borras et al., 2011), o governo refere, para além dos benefícios já enunciados, a possibilidade de substituição gradual dos combustíveis fósseis. Por outro lado, a produção de biocombustíveis é aclamada pelo governo como uma solução para o problema de abastecimento energético das populações rurais, descrevendo como estas poderiam transformar os produtos agrícolas por si produzidos em bioenergia. Em 2011, cerca de dois terços da população não tinham acesso à eletricidade. No entanto, no caso do, entretanto falhado, projeto Pro-Cana, 80% da produção de etanol teria como destino a exportação. Simultaneamente, os 20% destinados ao mercado interno muito dificilmente resolveriam o grave problema de abastecimento elétrico. De acordo com Borras et al. (2011), a utilização de etanol é mais viável no setor dos transportes, beneficiando, portanto, a classe média urbana e as elites que possuem carro e não as populações rurais.

Apesar das vantagens aclamadas pelo governo moçambicano, os investimentos de larga escala e o aumento das pressões comerciais sobre a terra em Moçambique acarretam riscos consideráveis, amplamente descritos na literatura (Anseeuw, 2013; German et al, 2016; Madureira, 2014; Ndi 2017).

A nível local há que referir o risco de expropriação e privatização de recursos essenciais à sobrevivência das populações rurais. Os investidores procuram, na grande maioria dos casos terra com proximidade a mercados, vias de acesso, solos férteis, forte pluviosidade e acesso a irrigação. As populações são frequentemente reassentadas em áreas mais deslocadas das cidades e mercados, com pior acessibilidade e em terras com menor potencial agrícola. A perda de acesso a recursos produtivos tem normalmente um impacto diferenciados nos vários grupos sociais (Anseeuw; 2013). Se os agricultores com

mais pobres conseguem adaptar-se mais facilmente à penetração do capital estrangeiro, através de esquemas de subcontratação ou outros esquemas de parceria, os agricultores mais pobres são obrigados a assalariar-se nas plantações de larga-escala, arranjar alternativas à agricultura, como o trabalho informal ou emigrar para as cidades, onde a escassez de oferta de trabalho contribui para aumentar o trabalho informal nas cidades para onde emigram (German et al., 2016).

De acordo com análises recentes (Madureira, 2014) a penetração do capital internacional no meio rural tem exacerbado e acelerado o processo de transição agrária em Moçambique, caracterizado pela concentração dos recursos bem como pela expropriação e proletarização das populações rurais. O projeto, intensivo em capital, tem como objetivo a produção de arroz na província de Gaza. A parceria entre a empresa pública moçambicana Regadio do Baixo Limpopo e a empresa chinesa Wanbao, que contempla a ocupação de uma área de 20 mil hectares, tinha gerado até ao momento unicamente 400 posto de trabalho.

O projeto implicou a expropriação de milhares de camponeses que utilizavam a terra para garantir a sua própria subsistência. Ao contrário do que se sucedeu na Europa do século XIX, sem alternativas viáveis, a separação dos camponeses dos meios de produção (a terra) tem exacerbado a pobreza, a vulnerabilidade, o desemprego e a insegurança alimentar na região. Madureira (2014) faz uso da expressão criada por Li (2011), «*transição juncada*», para descrever o fenómeno de libertação de mão-de-obra nas áreas rurais, fruto da penetração capitalista e mercantil, não acompanhado de um aumento da capacidade de absorção da mão-de-obra disponível na estrutura produtiva das economias dos respetivos países.

Em termos ambientais, os impactos da agricultura de monocultura e da utilização de um volume elevado de produtos químicos levam à contaminação das águas e esgotamento dos solos.

No que diz respeito à geração de emprego, muitas das vezes os trabalhos antecipados não se materializam. As posições de gestão e mão-de-obra qualificada são ocupadas por indivíduos escolhidos pelas multinacionais, na grande maioria trazidos do país de origem dos investidores. O emprego disponibilizado aos locais pelas grandes plantações é geralmente precário, sazonal e mal remunerado. A natureza dos investimentos, intensivos em capital não permite a criação de numerosos postos de trabalho. O aumento da segurança alimentar é também questionável. A maioria da produção destina-se à exportação, não tendo como objetivo primário abastecer os mercados nacionais.

A necessidade de investir na agricultura é indiscutível. A pobreza existente nos meios rurais está diretamente relacionada com a falta de mercados e a dificuldade de acesso ao crédito por parte dos pequenos agricultores. É, no entanto, altamente questionável se os investimentos de larga-escala permitirão propiciar um processo de desenvolvimento inclusivo, reduzindo a pobreza e a insegurança alimentar das populações. Por outro lado, os investimentos de larga-escala na agricultura parecem acentuar a natureza extrovertida da economia, dependente da exportação de produtos primários.

2.5.2 Complexo mineral e energético

O investimento direto estrangeiro no setor extrativo é aclamado como o grande potenciador de altos níveis de crescimento económico na generalidade do continente africano (Hasen et al., 2016).

Em Moçambique, e como já referimos anteriormente, os megaprojetos no setor mineral e energético, têm permitido um aumento considerável do volume de investimento direto estrangeiro no país. O avultado investimento da empresa irlandesa Kenmare, com um projeto iniciado em 2007, no valor de 500 milhões de dólares, no setor das areias pesadas, província de Nampula; da empresa brasileira Vale, que começou a extração de carvão na província de Tete em 2011, com um investimento de 1.535 mil milhões de dólares ou da anglo-australiana Rio Tinto, com início das operações em 2012, que investiu, na extração de carvão na província de Tete, 3.8 mil milhões de dólares, são exemplos disso (Mosca & Selemene, 2013).

Prevê-se que a descoberta de enormes reservas de gás natural na última década, com capacidade para saciar as necessidades energéticas sul-africanas por um período de 150 a 200 anos, possa potenciar uma alteração estrutural da economia moçambicana (Uetela & Obeng-Odoom, 2016). Apesar de um ligeiro abrandamento nos últimos anos, devido à baixa dos preços de matérias-primas, nos mercados internacionais registada em 2014, o investimento poderá atingir os 100 mil milhões de dólares. Espera-se que Moçambique se torne num dos maiores fornecedores de gás natural liquefeito do mercado asiático (Hansen, et al., 2016).

De acordo com vários autores, (Zahn, 2013; Hasen et al., 2016) os investimentos estrangeiros, como já referimos anteriormente, são aclamados como uma importante fonte de capital, moeda estrangeira e transferências tecnológicas, possibilitam a criação de emprego, crescimento macroeconómico, fornecem bens e serviços, para além de contribuírem para a construção de infraestruturas. No caso do setor extrativo, podem ainda criar efeitos de arrastamento na economia, através da delegação de funções e atividades em firmas locais, em várias fases do ciclo de investimentos (prospecção, viabilidade, estabelecimento, operações, desativação), desenvolvendo as competências e

capacidades da indústria local e do setor dos serviços (serviços de engenharia, manutenção, equipamento, segurança, transporte, etc.) e criando novos mercados.

No entanto, a falta de ligações a montante e a jusante dos megaprojetos parecem inibir o surgimento de efeitos de arrastamento. O elevado nível de especialização tecnológica, os elevados padrões de qualidade exigidos pelas multinacionais e a descontinuidade dos contratos entre as empresas domésticas e as multinacionais parecem explicar a falta de ligações entre os projetos de larga-escala, orientados para a exportação e as empresas locais (Castel-Branco, 2016). Para além disso, os megaprojetos, intensivos em capital, têm uma capacidade extremamente limitada de gerar emprego, bem como uma base de crescimento mais alargada ou diversificação económica. Verifica-se também a falta de uma estratégia de desenvolvimento por parte do governo que permita criar as ligações necessárias entre os vários setores (Silva, 2014). Os consideráveis benefícios fiscais cedidos pelo governo às multinacionais justificam as poucas receitas provenientes do setor mineiro. Entre 2000 a 2007, as indústrias mineiras corresponderam, a menos de 2% do total de receitas públicas. Durante este período, as mesmas taxaram, unicamente, 5% dos seus lucros

Por outro lado, a expectativa de receitas futuras provenientes do setor extrativo, tem levado ao surgimento de uma política fiscal e monetária expansiva, contribuindo para o forte endividamento do Estado nos últimos anos. Este aumento do endividamento é extremamente arriscado, considerando a volatilidade dos mercados internacionais, no que diz respeito às matérias-primas.

Para além dos fatores enunciados, os conflitos e disputas relativamente à posse da terra tem sido a norma no que diz respeito às áreas extrativas na África Subsariana (Silva, 2014; Symons, 2016). Cinco mil pessoas terão sido expropriadas da zona onde agora se encontra a mina de Moatize, explorada pela empresa brasileira Vale. Os locais queixam-

se da má qualidade dos terrenos agrícolas onde se encontram reassentados, da baixa qualidade das habitações construídas, da falta de acessibilidade e distância relativamente aos centros urbanos (Silva, 2014). Por outro lado o aumento dos fluxos migratórios e económicos tem contribuído para o aumento do preço dos produtos alimentares, habitação, bens e serviços.

A penetração do capital mineiro tem contribuído para aprofundar a natureza extrovertida da economia, aumentar a dependência do país face ao exterior, bem como recentrar, à semelhança do período colonial, o processo de acumulação no estrangeiro. A tecnologia, o capital, o «*know-how*», bem como os centros de decisão localizam-se no exterior. Para além disso, à semelhança dos grandes investimentos na agricultura, o aumento do investimento no sector extrativo tem reforçado a especialização da economia na produção de matérias-primas destinadas à exportação. Este facto veio acentuar a vulnerabilidade da economia nacional face às variações dos preços dos mercados internacionais. Em períodos de baixa de preços das matérias-primas, a redução do nível de investimento e os desequilíbrios na balança comercial são significativos.

O crescimento industrial deveu-se, entre 2005 e 2013, maioritariamente, ao setor do alumínio e gás para exportação. Durante o mesmo período várias indústrias de substituição de importações desapareceram quase totalmente. Desde meados da década de 1990 até 2004, 40% das pequenas e médias empresas privadas moçambicanas extinguem-se ou convertem-se para o setor da comercialização. A economia parece afunilar-se e especializar-se cada vez mais na produção de produtos primários, com pouco ou nenhum processamento. Na última década, 72% das exportações foram originadas pelo setor mineral e energético. O alumínio representou 39% das exportações, o carvão 13%, as areias pesadas 7%, a energia 7% e o gás natural 7% (Castel-Branco, 2016).

Em 1997, as exportações de camarão, lagosta, minerais não processados e 4 produtos manufacturados (algodão, açúcar, madeira e tabaco) representavam 75% das exportações. A forte concentração da produção e do investimento em poucos sectores parece elucidativa da falta de transformação estrutural da economia moçambicana e da premente necessidade de uma estratégia industrial.

Passados 14 anos, em 2011, a estrutura produtiva continuava extremamente afunilada, como podemos verificar no anexo 2. As principais exportações moçambicanas consistem em produtos primários ou com pouca transformação, orientados para exportação e com pouco valor acrescentado, como o alumínio, o gás natural, a castanha de caju, o camarão, a copra, o açúcar e o algodão. Por outro lado, o país importa um volume considerável de maquinaria, automóveis e produtos de consumo durável (anexo 2).

Conclusão

A história de abertura económica de Moçambique é muito anterior à chegada dos europeus à costa este-africana. No século II registos egípcios indicavam o marfim como o principal produto comercializado, produto que iria ocupar uma posição central até ao século XIX. A existência de fortes redes comerciais entre Moçambique e territórios indianos e árabes, que remonta ao século XVI, demonstra a posição fulcral que a economia mundo do Oriente ocupou na história económica da região. No entanto, a análise na longa-duração da história económica de Moçambique, que procurámos fazer no presente trabalho, limitou-se a estudar a integração do país este-africano na economia-mundo do Ocidente. Esta análise surgiu da pertinência que atribuímos ao estudo das trajetórias passadas vividas pelos países, de forma a perceber os constrangimentos e oportunidades sentidas nas várias fases do processo de desenvolvimento. O conceito de «*path-dependence*», ou seja, a ideia de que os eventos históricos e instituições formadas historicamente influenciam, de certa forma, o alcance das opções futuras disponíveis para uma determinada sociedade (Cypher & Dietz, 2009), foi central na elaboração deste trabalho. Afirmar a importância da história não significa condenar os países a um determinado destino inalterável, mas sim perceber com detalhe o passado, de forma a entender os desafios e limites que os países hoje enfrentam.

No caso dos países em desenvolvimento, quase todos antigas colónias europeias, esta história ficou sem dúvida marcada pelos seus legados pré-coloniais e coloniais. Foi aí precisamente que iniciámos a nossa análise. Durante o período pré-colonial, o impacto demográfico do tráfico negreiro, a natureza violenta da aquisição de escravos e marfim têm sido interpretados pelos historiadores, como afirma Austen (1989), como «*progressos no sentido de um fim inevitável*». Alguns, como Walter Rodney, definem

este período, devido à grande drenagem demográfica sentida no continente, como o começo do atraso no desenvolvimento do continente africano.

Durante o período colonial a criação de infraestruturas, capacidades, instituições e organizações, destinadas a satisfazer as necessidades das metrópoles, parece ter distorcido a estrutura produtiva dos antigos países colonizados, estrutura esta que tem perdurado muito depois das independências.

A especialização primária da economia moçambicana, a inerente deterioração dos termos de troca a que este tipo de exportações está sujeito e o conseqüente défice crónico estrutural das balanças comerciais, originado pela dependência tecnológica destes países, remonta ao período colonial e parece perpetuar-se até à atualidade. Do período colonial, estas economias parecem ter herdado uma estrutura económica onde a economia tradicional e moderna coexistem, a que hoje se acrescenta a economia informal, uma muitíssimo frágil classe empresarial nacional, bem como uma forte dependência relativamente aos mercados e capital externo.

Vários economistas, adeptos de uma visão mais heterodoxa da economia, durante os anos 60 e 70, procuraram descrever as diferenças estruturais e institucionais dos países em desenvolvimento relativamente aos países industrializados. Segundo os estruturalistas latino-americanos, o livre comércio não beneficiaria as economias especializadas na produção de matérias-primas. O caminho a seguir seria, portanto, de acordo com Singer, enveredar por um processo de mudança estrutural, propulsionado pelo Estado, através da Industrialização por Substituição de Importações (ISIS). Atualmente, vários economistas continuam a reconhecer a previsão Prebish-Singer relativamente à evolução negativa dos termos de troca.

Nos anos 80, a ideia do Estado como agente central no processo de desenvolvimento económico foi substituída pela ideia de um Estado ineficiente, corrupto, responsável por inibir o processo de desenvolvimento económico. Os controlos e subsídios estatais levavam a comportamentos de “rent-seeking” por parte dos agentes, impedindo o desenvolvimento de capacidades empresariais e produtivas. O papel do estado deveria ser, portanto, reduzido e substituído pelos mercados. A liberalização das trocas, premissa central do pensamento desenvolvimentista desde os anos 80, parece ter acelerado a integração de Moçambique na economia global capitalista. No caso moçambicano, o objetivo de gerar um setor doméstico privado e a política inerente ao ajustamento estrutural de liberalização total da economia parecem não coadunar-se. A dificuldade de financiamento, as fracas ligações entre os vários setores da economia, o baixo nível de capacidade tecnológica da maioria das empresas fragiliza-as e dificulta a competição com empresas estrangeiras.

O padrão de produção, de comércio e investimentos inerentes à economia global parece continuar, hoje sobre a égide dos mercados, a acentuar a divisão internacional do trabalho criada nos séculos XIX e XX. O aumento significativo do investimento direto estrangeiro das últimas décadas em Moçambique, orientado em grande medida para o sector das «*commodities*» agrícolas e sector mineral e energético, exemplifica o que foi atrás enunciado. O continente africano continua relegado à sua função de produtor de matérias-primas para alimentar o crescimento da economia capitalista global. Hoje, para além dos países ocidentais industrializados, novos mercados emergentes investem no continente africano, com o intuito de garantir matérias-primas e recursos energéticos que permitam sustentar os altos níveis de crescimento registados nas últimas décadas. O papel do continente africano continua, nesta nova fase do capitalismo mundial, ligado à necessidade de reconversão energética da economia capitalista através do biodiesel e da

forte procura de matérias-primas, por novos atores na cena mundial. O caso moçambicano, apesar das especificidades do seu percurso, exemplifica alguns dos constrangimentos que a maioria dos países da África subsariana enfrentam.

Por fim, torna-se importante realçar como as diversas análises pensadas relativamente ao processo de desenvolvimento moçambicano, e africano num sentido mais lato, foram sempre feitas à imagem do processo de desenvolvimento europeu, assentes numa ideia de modernidade e de desenvolvimento muito específica. A ideia do que é entendido por desenvolvimento e de como o atingir relaciona-se sempre com o contexto ideológico, político e institucional sobre o qual estes referenciais são construídos.

Bibliografia

Alden, Christopher (2013). “China and the long march into African agriculture”. The London School of Economics and Political Science.

Anseeuw, Ward (2013). “The rush for land in Africa: Resource grabbing or green revolution?”. South African Journal of International Affairs, Vol.20.

Austen, Ralph (1987). African Economic History. James Curry, London.

Borras, Saturnino; Fig, David; Suárez, Sofia Monsalve (2011). “The politics of agrofuels and mega-land and water deals: insights from the ProCana case, Mozambique. Journal Review of African Political Economy, Vol. 38.

Carvalho, Luís F. (1995). “ História e desenvolvimento: dinâmica afro-islâmica na África Oriental oitocentista”. Documentos de Trabalho nº36, CESA/ISEG.

Castel-Branco, Carlos (1994). “Problemas Estruturais do Desenvolvimento Agrário”. IESE, Moçambique.

Castel-Branco, Carlos; Cramer, Christopher; Hailu, Degel (2001). “Privatization and Economic Strategy in Mozambique”. United Nations University, WIDER, School of Oriental Studies, University of London.

Castel-Branco, Carlos (2014). “Growth, capital accumulation and economic porosity in Mozambique: social losses, private gains”. Review of African political economy, 41 (1), Outubro 2014.

Castel-Branco, Carlos, (2016). “Dilemas de industrialização num contexto de acumulação de capital”, *In*: Brito, Luís; Castel-Branco, Carlos; Chicava, Sérgio; Francisco, António, (Eds), Desafios para Moçambique 2016, IESE, pp.141-174.

Cramer, Christopher (2001). “Privatization and Adjustment in Mozambique: a «Hospital Pass»?”. Journal of Southern African Studies, Vol. 27.

Curtin, Philip; Feierman, Steven; Thompson, Leonard, Vansina, Jan (1992), African History, Longman Inc, New York.

Cypher, James M; Dietz, James L. (2009). The Process of Economic Development, 3rd ed., Routledge, London.

Delloitte (2016). “Mozambique’s Economic Outlook”

Di Matteo, Filipe; Otsuki, Kei; Schoneveld; George (2016). “Soya bean expansion in Mozambique: exploring the inclusiveness and viability of soya business models as an alternative to the land grand”. The Public Sphere Journal, Institute of Public Affajrs, London.

Farfan, Oscar H. (2005). “Understanding and Escaping Commodity-Dependency: A Global Value Chain Perspective”, World Bank.

Fukuyama, Francis (1992). *O fim da história e o último homem*, 1ªed., Grávida, Lisboa.

German, Laura; Cavane, Eunice; Siteo, Almeida; Braga, Carlos (2016), “Private investment as an engine of rural development: A confrontation of theory and practice for the case of Mozambique”, *Land Use Policy*.

Hall, Peter A.; Taylor, Rosemary C.R. (1996). *Political Science and the Three New Institutionalisms*. MPIFG Discussion Paper 96/6, Köln, Germany.

Hansen, Michael W., Buur, Lars, Kjaer, Anne Mette, Therkildsen, Ole (2016), “The Economic and Politics of Local Content in African Extractives: Lessons from Tanzania, Uganda and Mozambique”, *Forum of Development Studies*.

Katzenellenbogen, Simon E. (1985), “South Africa and Southern Mozambique: Railways, Labour and Trade in the Making of a Relationship Hardcover”. *Journal of the International African Institute*, Vol. 55.

Kiely, Ray (1998). “Neo liberalism revised? A critical account of World Bank concepts of good governance and market friendly intervention.”. *Capital & Class*, SAGE.

Krueger, Anne O. (1990). “Government Failures in Development”. *Journal of Economic Perspectives*, Vol.4, N. 3.

Lal, Deepak (1985). “The misconceptions of «development economics»”. *Finance and Development*, June 1985.

Leite, Joana Pereira (1993). “Colonialismo e industrialização em Moçambique: Pacto colonial, dinamização das exportações e “import-substitution”1930-74”. *Ler História*, nº24, pp. 53-70.

Leite, Joana Pereira (1993). “Mozambique, 1937-1970. Bilan de l'évolution de l'économie d'exportation: quelques réflexions sur la nature du «pacte colonial»”, *Estudos de Economia* vol. XIII, nº4, Jul/Set, pp. 378-441.

Leite, Joana Pereira (2000). “A guerra do caju e as relações Moçambique-Índia na época pós-colonial”. *Lusotopie*, Karthala, pp. 295-332.

Li, Tania Murray (2011). “Centering Labor in the land grab debate”. *The Journal of Peasant Studies*, Vol. 3, No.2, March.

Lubkemann, Stephen C., Klyed, Helena Marie, Garvey, Jennifer (2013). “Dilemmas of Articulation in Mozambique, Customary Justice in Transition” *in Customary Justice and the Rule of Law in War-torn Societies*, Isser, Deborah (ed.), Institute of Peace, United States.

M'Bokolo, Elikia (2004). *África Negra: história e civilizações*. Tomo II (Do século XIX aos nossos dias), Edições Colibri, Lisboa.

Madureira, Margarida (2014). “Mega-projectos e transição agrária: o caso do projecto wanboa (Moçambique)”. *CESA-ISEG*.

- Morris, Mike, Fessehaie, Judith (2014). “The industrialization challenge for Africa: Towards a commodities based industrialization path”. *Journal of African Trade*.
- Mosca, João, Selemane, Tomás (2013). “Os mega-projectos e a segurança alimentar em Moçambique”
- Mosca, João (2014). “Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas”, CEsA, ISEG.
- Mosca, João, BRUNA, Natacha, MANDAMULE, Uacitissa, (2015), “A economia política da agricultura. Ênfase para o agronegócio.”, Observatório do Meio Rural.
- Mosca, João, “Porque é que a produção alimentar não é prioritária?”.
- Mosca, João (2005). *Economia de Moçambique: século XX*, Instituto Piaget, Lisboa.
- Ndi, Frankline Anum (2017). “Land Grabbing, Local Contestation, and the Struggle for Economic Gain: Insights From Nguti Village, South West Cameroon”, SAGE one.
- Newitt, Malyn (1995). *A History of Mozambique*, Hurst and Company, London.
- Oppenheimer, Jochen (2006). *Moçambique na Era do Ajustamento Estrutural*, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Lisboa.
- Pitcher, M. Anne (2002). *Transforming Mozambique, The Politics of Privatization, 1975-2000*, Cambridge University Press.
- Pitcher, M. Anne (2003). “Sobreviver à transição: o legado das antigas empresas coloniais em Moçambique”. *Análise Social*, vol. XXXVIII.
- Radon, Jenik (2013). “Mozambique: Extractives for Prosperity. Volume II.”. Columbia University School of International and Public Affairs.
- Rocha, Aurélio (1989). “A resistência em Moçambique: o Caso dos Suali, 1850-1913”. *In: Actas da I reunião internacional de História de África*, Lisboa, pp. 581-612.
- Rodney, Walter (1975). *Como a Europa subdesenvolveu a África*. Seara Nova, Lisboa.
- Roemer, Michael; Radelet, Steven C. (1991). “Macroeconomic Reform in Developing Countries”. *In: Perkins, Dwight H.; Roemer, Michael (ed.) Reforming Economic Systems in Developing Countries*. Cambridge, Harvard Institute for International Development, pp.55-80.
- Shankland, Alex; Gonçalves, Euclides (2016). “Imagining Agricultural Development in South-South Cooperation: The Contestation and Transformation of ProSAVANA”. *World Development*, Vol. 81, Elsevier.
- Schoneveld, George, (2014), “The geographic and sectoral patterns of large-scale farmland investments in sub-Saharan Africa”, *Food Policy*.

Serra, A.M.de Almeida, (2000), “Os três anos que abalaram Moçambique”, *In Estudos de Desenvolvimento, África em transição, CESA*, pp.55-87.

Shankland, Alex; Gonçalves, Euclides (2016), “Imagining Agricultural Development in South-South Cooperation: The Contestation and Transformation of ProSAVANA”, *World Development*, Vol.81.

Sindzingre, Alice N. (2013). “The ambivalent impact of commodities: Structural change or status quo in Sub-Saharan Africa?”, *South African Journal of International Affairs* Vol. 20.

Torres, Adelino (1983), “Pacto colonial e industrialização de Angola (anos 60-70)”, *Análise Social*, Vol XIX.

Uetela, Pedro, Obeng-Odoom, Franklin (2016), “Natural gas and socio-economic transformation in Mozambique: some preliminary evidence”, *The Journal of Energy and Development*, Vol. 41, Nos 1 and 2.

United Nations (2015). “World commodity trends and prospects. Report of the Secretary General.”. 24 July 2015.

Wuyts, Marc (1980), “Economia política do colonialismo português em Moçambique”, *Estudos Moçambicanos*.

Wuyts, Marc (1984), “Money, Planning and Rural Transformation in Mozambique”, *Institute of Social Studies*, The Hague.

Wuyts, Marc (1995). “Foreign aid, structural adjustment, and public management. The Mozambican experience”

Silva, Marta Zorzal (2014), “Cooperação Sul-Sul, Investimentos Externos e Desenvolvimento: Existem novas perspectivas a partir do sul global?”, *Cadernos de Estudos Africanos, ISCTE-IUL*.

Symons, Kate (2015). “Transnational spaces, hybrid governance and civil society contestation in Mozambique’s gas boom”. *The Extractive Industries and Society*, Elsevier.

Websites:

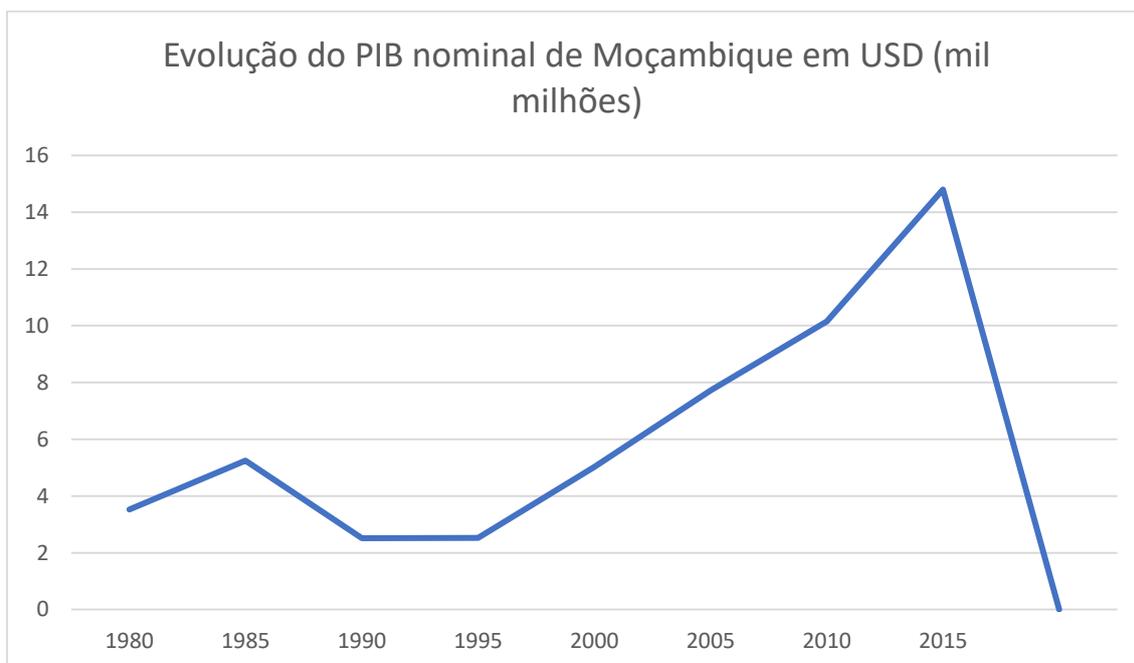
Instituto Nacional de Estatística Moçambique- <http://www.ine.gov.mz/> (Acesso em: 2017/7/10)

Banco Mundial- <http://www.worldbank.org/> (Acesso em: 2017/6/15)

Anexos

Anexo 1

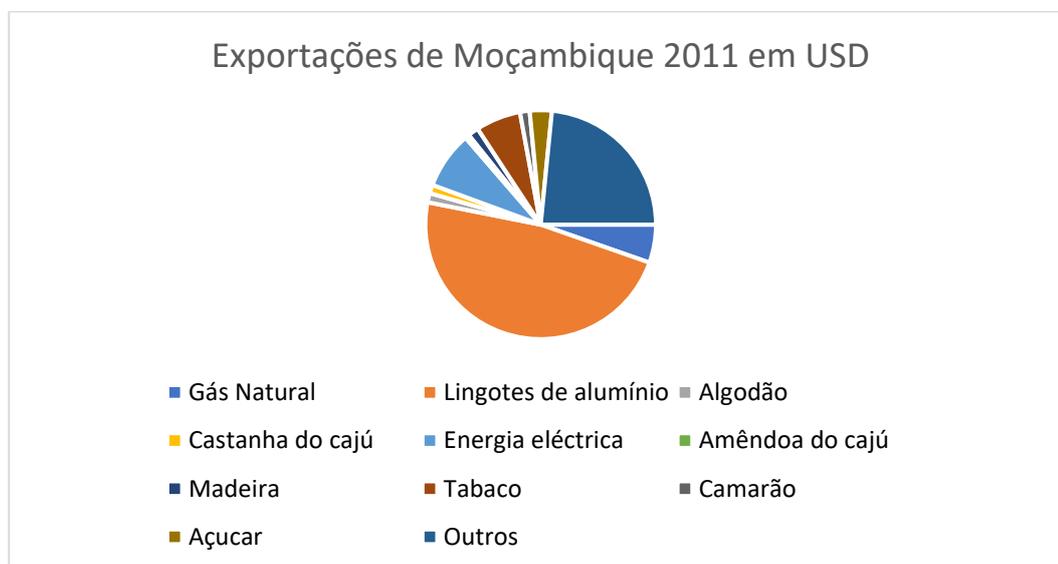
Evolução do PIB nominal de Moçambique em USD de 1980 a 2015



Fonte: Banco Mundial

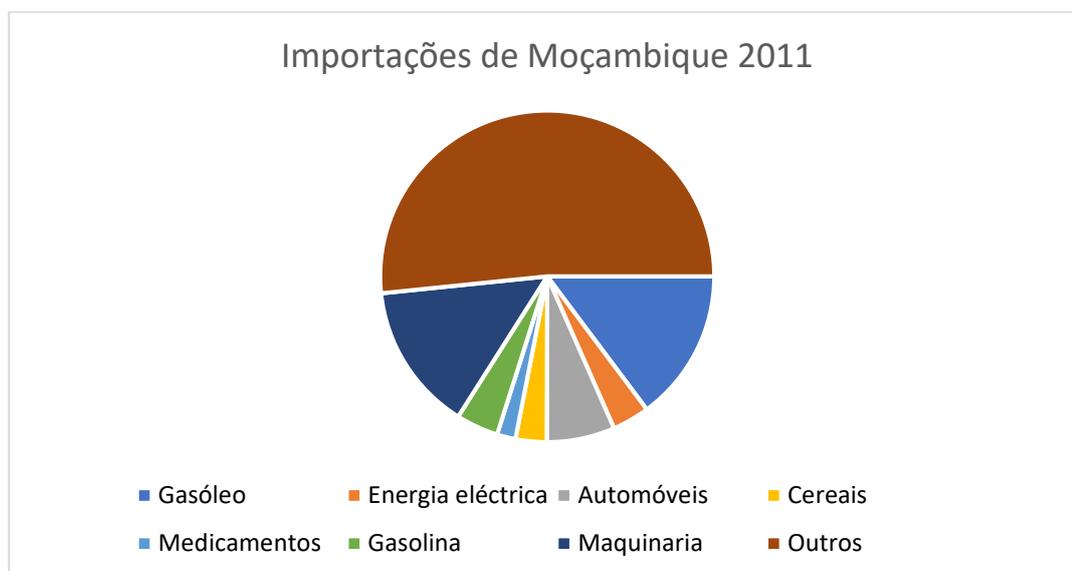
Anexo 2

Exportações de Moçambique 2011



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Importações de Moçambique 2011



Fonte: Instituto Nacional de Estatística